



A ideia da Comuna

Paul Mattick

Original: <http://isr.press/paul-mattick-marxism-last-refuge-of-the-bourgeoisie.pdf>

Versão html: <https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1983/reform/ch05.htm>

O fracasso dos trabalhadores em manter o controlo sobre o seu próprio destino deveu-se principalmente à falta de preparação objectiva geral da Rússia para um desenvolvimento socialista, mas também ao facto de nem os soviets, nem os partidos socialistas, saberem como organizar uma sociedade socialista. Não havia precedentes históricos e a teoria marxista não se tinha preocupado seriamente com o problema da reconstrução socialista da sociedade. No entanto, as ocorrências revolucionárias do passado tinham alguma relevância, particularmente no que respeita à Rússia, devido ao seu atraso geral. Seguindo Marx e Engels, os marxistas russos estavam aptos a apontar a Comuna de Paris como um exemplo de uma revolução da classe trabalhadora em condições igualmente desfavoráveis. Trotsky escreveu, por exemplo, que

não é de excluir que num país atrasado, com um menor grau de desenvolvimento capitalista, o proletariado atinja mais cedo a supremacia política do que num Estado capitalista altamente desenvolvido. Assim, na Paris da classe média, o proletariado tomou conscientemente nas suas mãos a administração dos assuntos públicos em 1871. É verdade que o reinado do proletariado durou apenas dois meses; é notável, no entanto, que nos centros muito mais avançados de Inglaterra e dos Estados Unidos, o proletariado nunca esteve no poder nem sequer durante um dia¹.

Lenin também encontrou na Comuna de Paris uma justificação para a sua própria atitude em relação à Revolução Russa e à ditadura soviética. Citando Marx, ele citou como a grande lição da Comuna de Paris que o estado burguês não pode simplesmente ser tomado pelo proletariado, mas deve ser destruído e substituído por um estado proletário, ou semi-estado, que começaria a definhar assim que o governo da maioria substituísse o governo da minoria da sociedade burguesa. Derrubai os capitalistas", escreveu ele, "esmagai com a mão de ferro dos trabalhadores armados a

¹ L. Trotsky, *Our Revolution* (Nova Iorque, 1918), p. 85

resistência destes exploradores, quebrai a máquina burocrática do Estado moderno e tereis diante de vós um mecanismo do mais alto equipamento técnico, livre de "parasitas", capaz de ser posto em movimento pelos próprios trabalhadores unidos que contratam os seus próprios técnicos, gestores, contabilistas, e pagam-lhes a *todos*, como, de facto, a todos os funcionários do "Estado", com os salários normais dos trabalhadores. Eis uma tarefa concreta e prática, imediatamente realizável em relação a todos os trusts, uma tarefa que liberta os trabalhadores da exploração e utiliza as experiências (especialmente no domínio da construção do Estado) que a Comuna começou a revelar na prática.² "

A prática do Estado proletário revelada pela Comuna foi, no entanto, bastante limitada, não tanto "conscientemente" introduzida, como afirmava Trotsky, mas espontaneamente libertada pelas condições particulares da guerra franco-prussiana, do cerco de Paris e do grande patriotismo da população parisiense. Mas, sejam quais forem as circunstâncias, a incorporação dos trabalhadores na Guarda Nacional, que passaram a dominar, deu-lhes as armas para expressar a sua oposição ao governo burguês recém-estabelecido que estava a tentar entrar em acordo com os invasores prussianos. O seu grande sofrimento durante o cerco de Paris não diminuiu o ardor patriótico do proletariado, mas apenas intensificou o seu ódio pela burguesia, que estava disposta a aceitar as consequências da derrota para assegurar o seu próprio domínio através do desarmamento da classe trabalhadora. Perante a situação cada vez mais revolucionária em Paris, o governo burguês instalou-se em Versalhes, preparando-se para a reconquista da capital. As eleições municipais de Paris, de 26 de Março de 1871, deram à oposição de esquerda republicana uma maioria de quatro para um e levaram à proclamação da *Comuna de Paris*. A Comuna partilhava o governo da cidade com o Comité Central da Guarda Nacional, responsável pela sua defesa.

Embora a Revolução Comunal se visse a si própria como inaugurando "uma nova era política" e como marcando o "fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, do monopolismo, dos privilégios a que o proletariado deve a sua servidão, a Nação as suas misérias e desastres"³, a força das circunstâncias, bem como a variedade de opiniões que agitavam os comunardos, impediram um programa socialista de longo alcance ou consistente. Havia, no entanto, os decretos que aboliam o Exército em favor da Guarda Nacional, a limitação dos salários do governo ao equivalente ao

² Lenine, *State and Revolution* (Nova Iorque: International, 1932), p. 44.

³ Citado por A. Horne, *The Fall of Paris* (Nova Iorque: Penguin, 1965), p. 33).

salário dos trabalhadores, a expropriação da propriedade da Igreja, a eliminação das multas impostas aos trabalhadores pelos seus empregadores, a abolição do trabalho nocturno nas padarias, a nacionalização das oficinas abandonadas pelos seus proprietários burgueses, etc. Mas estas medidas não apontavam ainda para uma transformação social radical. Além disso, no Conselho Executivo da Comuna, os trabalhadores eram ainda uma minoria. Dos seus 90 membros, apenas 21 pertenciam à classe operária, enquanto os restantes eram pessoas da classe média, como pequenos comerciantes, escriturários, jornalistas, escritores, pintores e intelectuais. Apenas alguns dos principais membros da Comuna eram adeptos da Primeira Internacional. A maioria estava dividida entre proudhonistas, blanquistas e jacobinos de vários tipos, que se interessavam principalmente pelas liberdades políticas e pela preservação dos pequenos proprietários numa sociedade descentralizada. A Comuna estava assim aberta a diferentes interpretações por parte de uma variedade de interesses que actuavam no seu seio.

Todos os defeitos da Comuna, sobretudo à luz da posição do próprio Marx, não podiam apagar o facto de que se tratava, no fundo, de um governo antiburguês, em que alguns trabalhadores exerciam efectivamente funções de governo e manifestavam a sua vontade de dominar a sociedade. Este facto intrínseco pesou muito mais na avaliação que Marx fez da Comuna do que todos os seus outros aspectos, que contrariavam a sua própria concepção de socialismo.

A Comuna não foi iniciada pela Internacional e não tinha carácter socialista no sentido marxiano. O facto de Marx, apesar disso, se identificar a si próprio e à Internacional com a Comuna foi visto pelos seus adversários políticos como uma tentativa oportunista de anexar a glória da Comuna ao marxismo⁴. Não há necessidade de questionar as motivações de Marx ao fazer sua a causa da Comuna. As próprias paixões libertadas pela Comuna de Paris, tanto entre os trabalhadores como entre a burguesia, indicam que a divisão em classes sociais pode vir a sobrepor-se e a dominar as diferenciações ideológicas e mesmo materiais dentro de cada classe separada. O que importava não era o programa específico adoptado pela Comuna - se era de natureza centralista ou federalista, se implicava de facto ou apenas potencialmente a

⁴ Segundo Bakunin, por exemplo, a impressão causada pela *Comuna* foi tão poderosa que "até os marxistas, cujas ideias foram derrubadas pela revolta, se viram obrigados a levantar o chapéu perante ela. Não só isso, como, contrariando toda a lógica e os seus verdadeiros sentimentos, adoptaram o programa da *Comuna* como seu. Foi uma farsa cômica, mas inevitável, pois, caso contrário, teriam perdido todos os seus seguidores devido à poderosa paixão que a revolução despertou em todo o mundo." Citado por F. Brupbacher, *Marx und Bakunin* (Munique: Die Aktion, 1922), pp. 101-102.

expropriação da burguesia - mas apenas o facto de segmentos da classe trabalhadora se terem momentaneamente libertado do domínio burguês, terem armas à sua disposição e ocuparem as instituições do governo. Na resposta brutal da burguesia a esta primeira tentativa bastante débil de auto-governo por parte dos trabalhadores parisienses, todos os trabalhadores com consciência de classe reconheceram a ferocidade e a irreconciliabilidade do inimigo de classe, não só em Paris mas em todo o mundo. Instintiva e conscientemente, colocaram-se ao lado dos trabalhadores franceses, independentemente de todas as questões teóricas e práticas que, de outro modo, dividiam o movimento da classe operária. Por esta razão, Marx descreveu a Comuna como "essencialmente um governo da classe trabalhadora" e como "a forma política, finalmente descoberta, sob a qual se pode alcançar a emancipação económica do trabalho", pois, como argumentou, "o domínio político do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravatura social". A Comuna deveria, portanto, servir como alavanca para desenraizar as fundações económicas sobre as quais repousa a existência de classes e, portanto, do domínio de classe. " ⁵

A destruição do Estado burguês e a conquista do poder político só faziam sentido se fossem utilizadas para eliminar também a relação capital-trabalho. Não se pode ter um Estado operário numa sociedade capitalista. Marx parecia convencido de que, se a Comuna tivesse sobrevivido, as suas próprias necessidades tê-la-iam forçado a libertar-se das suas muitas insuficiências. "A multiplicidade de interpretações a que a Comuna foi sujeita e a multiplicidade de interesses que a interpretaram a seu favor", escreveu ele, "mostram que ela era uma forma política completamente expansiva, enquanto todas as formas anteriores de governo tinham sido enfaticamente repressivas."⁶ " A queda da Comuna impediu mais especulações sobre a sua qualidade expansiva e a direcção que tomaria. Mas Marx não viu necessidade de enfatizar as suas próprias diferenças com a Comuna, em vez disso sublinhou os seus aspectos que poderiam servir as futuras lutas do proletariado.

Para isso, Marx limita-se a contornar o problema do federalismo e do centralismo, que, entre outros, dividia os marxistas dos proudhonistas, cujas ideias dominavam a Comuna. Ele descreveu esta última e a sua autonomia como instrumentos para quebrar o Estado burguês e realizar o auto-governo dos produtores. A Comuna de Paris, escreveu ele,

⁵ Marx, *The Civil War in France*, em *Political Writings*, Vol. 3 (Harmondsworth: Penguin, 1974), p. 212.

⁶ *Ibid.*

O regime comunal, uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado teria de dar lugar, também nas províncias, ao autogoverno dos produtores. Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado teria de dar lugar, também nas províncias, ao autogoverno dos produtores. Num esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, afirma-se claramente que a comuna devia ser a forma política até da mais pequena aldeia do campo e que, nos distritos rurais, o exército permanente devia ser substituído por uma milícia nacional, com um período de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos deviam administrar os seus assuntos comuns através de uma assembleia de delegados na cidade central, e estas assembleias distritais deviam enviar novamente deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo que cada delegado podia ser revogado em qualquer altura e estava vinculado às instruções dos seus constituintes. As poucas, mas importantes funções que ainda restavam a um governo central não deviam ser suprimidas, como foi intencionalmente mal dito, mas deviam ser desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. A unidade da nação não devia ser quebrada, mas, pelo contrário, devia ser organizada pela Constituição Comunal, e tornar-se uma realidade pela destruição do poder do Estado que pretendia ser a encarnação dessa unidade independente e superior à própria nação, da qual era apenas uma excrescência parasitária⁷.

Ao limitar-se a relatar a federação nacional teoricamente contemplada das comunas autónomas, Marx deu a impressão de um acordo geral com o plano e a sua exequibilidade. Mas toda a obra de Marx é contrária a esta conclusão, pois ele nunca tinha podido prever o regresso de formas políticas que já tinham sido ultrapassadas por outras mais avançadas. Por isso, ele teve de afirmar que é geralmente o destino de criações históricas completamente novas serem confundidas com a contraparte de formas de vida social mais antigas e mesmo extintas, com as quais podem ter uma certa semelhança. Assim, esta nova Comuna, que rompe com o poder de Estado moderno, foi confundida com uma reprodução das comunas medievais, que primeiro precederam e depois se tornaram o substrato desse mesmo poder de Estado. A constituição comunal tem sido confundida com uma tentativa de dividir numa federação de pequenos Estados, como sonhavam Montesquieu e os Girondinos, aquela unidade das grandes nações que,

⁷ *Ibid.*, p. 2 10.

se originalmente foi criada pela força política, tornou-se agora um poderoso coeficiente de produção social. O antagonismo da Comuna contra o poder do Estado foi confundido com uma forma exagerada da antiga luta contra a supercentralização⁸.

Na opinião de Marx, portanto, o carácter federal da Constituição Comunal não estava em oposição a uma organização social centralizada, mas apenas realizava os requisitos centralistas de formas diferentes das do estado capitalista, de formas que asseguravam o autogoverno dos produtores. Em suma, como Lenine insistiu mais tarde, Marx considerou "a possibilidade de uma centralização voluntária, de uma união voluntária das comunas numa nação, de uma fusão voluntária das comunas proletárias no processo de destruição da supremacia burguesa e da máquina estatal burguesa"⁹.

No entanto, a verdade parece ser que, neste ponto, Marx não se esforçou por ser muito preciso na formulação das suas ideias. Escrito com grande pressa e em comemoração da derrota da Comuna, o seu discurso sobre a guerra civil não foi realmente concebido como uma lição e uma solução para os problemas da revolução proletária e da formação de uma sociedade socialista, tanto mais que, antes, durante e depois da Comuna, Marx não acreditava na possibilidade do seu êxito, o que só por si teria conferido alguma realidade aos problemas colocados no seu discurso. Dez anos depois da Comuna, descreveu-a como uma "revolta de uma única cidade em condições muito especiais, com uma população que não era nem podia ser socialista"¹⁰. Apesar de a luta ter sido inútil, não deixou de ser instrutiva, apontando para a necessidade de uma ditadura proletária para quebrar o poder do Estado burguês. Mas isso não fez da Comuna, como Lenine pretendia, um modelo para a construção do Estado comunista. Em todo o caso, não é um Estado comunista que o proletariado tem de construir, mas uma sociedade comunista. O seu verdadeiro objectivo não é outro Estado, federalista ou centralista, democrático ou ditatorial, mas uma sociedade sem classes e a abolição do Estado.

O movimento operário não é menos propenso a mitificar a sua própria história do que a burguesia. Os acontecimentos históricos parecem diferentes do que foram na realidade e as suas descrições são mais orientadas para a receptividade emocional das pessoas do que para a necessidade de exactidão. A luta de classes, como qualquer outra,

⁸ *Ibid.*, p. 211.

⁹ Lenine, *Estado e Revolução*, p. 46.

¹⁰ Marx a Domela Nienwenhuis, Marx-Engels *Werke*, Vol. 35, p. 160.

exclui a objectividade. Marx e Engels não estavam acima da criação de mitos, mesmo que encobertos por uma grande quantidade de sofismas. Quando Lenine concebeu a revolução russa como uma emulação da Comuna de Paris, estava a apelar a uma Comuna mitológica, não ao seu carácter real. A Comuna era de tão grande interesse para Lenine não por causa do que implicava na realidade, mas por causa do que tinha sido dito sobre ela por Marx e Engels. Representando uma ala do movimento marxista, sentiu a necessidade de justificar a sua própria posição em termos da ideologia marxiana. Enquanto estava escondido na Finlândia, escreveu o seu panfleto "*Estado e Revolução*" sobre um problema sobre o qual se tinha debruçado há muitos anos, mas que agora, depois da Revolução de Fevereiro, lhe parecia já não ser apenas teórico, mas também de importância prática.

Apesar do seu grande respeito pela teoria, Lenine era sobretudo um político prático. Embora não pudesse haver prática sem teoria, só era aceitável aquela teoria, de entre muitas, que se adequasse à sua prática particular - isto é, a conquista do poder político nas condições dadas. Ao mesmo tempo - como desculpa e como apoio - a aceitação de uma teoria deve basear-se na autoridade; mesmo um imperador existe pela graça de Deus. Para Lenine, as autoridades inquestionáveis eram Marx e Engels. A este respeito, teve sorte porque ambos estavam mortos e incapazes de responder, e também porque durante as suas vidas tinham comentado um grande número de acontecimentos históricos e tinham sugerido medidas para lidar com eles, de acordo com a sua própria apreensão desses acontecimentos, condicionada pelo tempo. Uma aceitação dogmática do marxismo permitirá, assim, ao fiel marxista encontrar apoio para as suas próprias convicções, limitando-se a escolher uma ou outra afirmação das amplas declarações dos pais fundadores, embora muitas vezes erróneas, sobre questões que, devido à mudança das condições económicas e políticas, há muito perderam o seu significado. Embora Lenine tenha escrito muito, não contribuiu, nem tinha intenção de contribuir, para o corpo principal da doutrina marxiana - não por falta de capacidade para o fazer, mas porque, para ele, Marx e Engels (e mesmo Kautsky, até 1914) tinham dito tudo o que era necessário dizer para a compreensão da história, do capitalismo e da revolução proletária.

Embora não haja realmente nada de positivo a aprender com a Comuna de Paris, excepto o óbvio - que o proletariado não pode utilizar, mas deve derrubar o Estado capitalista - o que atraiu Lenine para os comentários de Marx sobre a Comuna foi a afirmação de que "o governo político dos produtores é incompatível com a eternização

da sua servidão social"; isto é, que este governo político, se for sustentável, conduzirá a uma sociedade socialista. Para Lenine, este domínio político estava, evidentemente, consubstanciado no novo Estado, saído da revolução, que serviria então de veículo do processo de socialização. Talvez levado pelo seu próprio ardor revolucionário - e em contraste com a sua própria doutrina, que negava ao proletariado a capacidade independente de fazer uma revolução, para não falar de construir o socialismo - Lenine afirmou em *Estado e Revolução* a capacidade do proletariado de construir uma sociedade verdadeiramente democrática e de gerir a sua própria produção sob um sistema igualitário de distribuição. "Cultura capitalista", escreveu ele agora,

criou a produção em grande escala, as fábricas, os serviços postais, os telefones, etc., e sobre esta base a grande maioria das funções do "velho poder do Estado" simplificou-se e pode ser reduzida a operações tão simples de registo, arquivo e verificação, que estarão ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada, e será possível desempenhá-las por "salários dos trabalhadores", circunstâncias que podem (e devem) despojar essas funções de toda a sombra de privilégio, de toda a aparência de "grandeza oficial". Todos os funcionários, sem excepção, eleitos e sujeitos a revogação *a qualquer momento*, os seus salários reduzidos ao "salário dos trabalhadores" - estas medidas democráticas simples e óbvias, ao mesmo tempo que unem completamente os interesses dos trabalhadores e da maioria dos camponeses, servem ao mesmo tempo como uma ponte que conduz do capitalismo ao socialismo¹¹.

Mas, como vimos anteriormente, na visão de Lenine, a "gestão dos trabalhadores" encontra a sua realização efectiva através do poder político e económico do Estado. É este último que gere as relações de produção e distribuição; só que este Estado é agora equiparado à própria classe trabalhadora. É necessário, escreveu Lenine,

organizar *toda a* economia nacional como o sistema postal, de tal modo que os técnicos, os gestores, os guarda-livros, bem como *todos os* funcionários, não recebam salários superiores aos "salários dos trabalhadores"; tudo sob o controlo e a direcção do proletariado armado - é este o nosso objectivo imediato. Este é o tipo de Estado e de base económica de que precisamos. *Todos os* cidadãos são transformados em empregados contratados do Estado, que é constituído por trabalhadores armados

¹¹ *Estado e Revolução*, pp. 38-40.

Toda a sociedade se torna um escritório e uma fábrica com salário igual e trabalho igual¹².

É claro que Lenine era demasiado versado na teoria marxiana para deixar a questão neste ponto. Ele sabia que o socialismo exclui o domínio do Estado, e citou mesmo a observação de Engels de que "o primeiro acto em que o Estado se apresenta realmente como representante da sociedade no seu conjunto - a tomada dos meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo o seu último acto independente como Estado¹³." A organização socialista da produção é, portanto, uma função não do Estado, mas das instituições sociais que eliminam progressivamente as funções do Estado, para finalmente as suprimirem. Mas Lenine via o "definhamento" do Estado de uma forma muito diferente. "A partir do momento", escreveu ele, "em que todos os membros da sociedade, ou mesmo apenas a esmagadora maioria, aprenderam a governar o Estado *por si próprios*, tomaram este assunto nas suas próprias mãos, estabeleceram o controlo sobre a insignificante minoria de capitalistas, sobre a nobreza com tendências capitalistas e sobre os trabalhadores completamente desmoralizados pelo capitalismo - a partir deste momento a necessidade de governo começa a desaparecer¹⁴." Em vez de dissolver o estado, isto é, a "ditadura do proletariado", no processo de socialização, é o próprio estado proletário, na visão de Lenine, que actualiza o processo de socialização. O Estado tem de governar para que a grande maioria aprenda a governar o Estado.

Por detrás deste raciocínio, se é que o é, esconde-se o reconhecimento por Lenine das dificuldades objectivas que se colocavam à reconstrução socialista da sociedade russa. Tudo o que podia ser feito era a captura do poder do Estado e a intervenção do Estado na economia. Lenine estava convencido de que a "modernização" da Rússia podia ser realizada de forma mais eficaz através da acção do Estado do que através da iniciativa privada, e parece ter-se convencido da possibilidade de imbuir os trabalhadores da mesma ideia, para que estes se identificassem com o Estado bolchevique, tal como este se identificava com o proletariado. No entanto, quando Lenine estava a escrever *Estado e Revolução*, o Estado bolchevique era apenas uma mera possibilidade que poderia ou não tornar-se realidade. O actual Governo Provisório

¹² *Ibid.*, pp. 44, 83, 84.

¹³ *Ibid.*, p. 16.

¹⁴ *Ibid.*, p. 84.

tinha primeiro de ser derrubado, e os trabalhadores tinham de ser encorajados a empreender esta tarefa, ou pelo menos a não interferir com aqueles que o fariam. Tinham de ser convencidos de que não havia necessidade de deixar a organização da sociedade à burguesia, mas que eram perfeitamente capazes, por si próprios, de tratar do assunto. A própria linguagem de *Estado e Revolução*, bem como as sugestões bastante primitivas sobre a forma de construir a nova sociedade, indicam que este panfleto não foi concebido como uma discussão séria das relações entre o Estado e a revolução, mas como um instrumento de propaganda para induzir os seguidores de Lenine e os trabalhadores em geral a acabar com o Estado existente. Como tal, chegou demasiado tarde para afectar a tomada do poder, embora pudesse ainda servir de justificação "marxista" para a iniciativa bolchevique.

Tudo o que Lenine escreveu antes de *Estado e Revolução*, e todos os passos dados depois da tomada do poder, transformam o aparente radicalismo mostrado neste panfleto num mero movimento oportunista para apoiar o objectivo imediato de ganhar o poder para o partido bolchevique. É bem possível que a identificação de Lenine com o proletariado fosse subjectivamente honesta, na medida em que ele acreditava de facto que este último devia chegar a ver na sua concepção do processo revolucionário os seus verdadeiros interesses e as suas verdadeiras convicções. Por outro lado, as ambiguidades das suas propostas revolucionárias indicam que, embora confiando nos seus próprios princípios revolucionários, Lenine não confiava na classe operária, que teria primeiro de ser educada para continuar a fazer por si própria o que, entretanto, seria feito por ela pelo Estado bolchevique. O que ele dá aos operários com a mão esquerda, tira-lhes de novo com a direita. Não foi, portanto, uma aberração emocional momentânea da parte de Lenine que o levou a conceder tanta autodeterminação revolucionária aos trabalhadores, mas um movimento pragmático na manipulação da revolução de acordo com o conceito de Estado socialista do seu próprio partido.